CRIPTOMOEDAS E A LAVAGEM DE DINHEIRO

Autor(res)

Marcos Barbosa Ferreira
Teobaldo Nascimento Silva
Yure Kaleu Oliveira Cortez

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNOPAR / ANHANGUERA - EAD

Introdução

As criptomoedas são baseadas em uma plataforma tecnológica onde transações se tornaram possíveis devido ao sistema Blockchain, traduzido para o português como uma cadeia de blocos e que funciona como um livro de registro eletrônico compartilhado que gera imutabilidade, segurança, integridade e privacidade que são garantidas por meio de criptografia, (TCU 08/2020 ENCCLA). Questiona-se se esse anonimato garantido aos agentes possibilita seu uso para cometimento de crimes.
O surgimento de um ambiente onde não se faz necessária intermediação de uma autoridade financeira central, aliada à percepção sobre segurança e confiança nas transações se tornou cada dia mais forte (ALBUQUERQUE, Bruno Saboia de. Understanding Bitcoins: Facts and Questions. Revista Brasileira de Economia). Observados estes fatos tornou-se necessário entender se ação das organizações criminosas poderiam usar essa nova moeda para prática de crimes, como a lavagem de dinheiro (Acórdão 1.613/2020 – TCU).

Objetivo

A pesquisa visa buscar por respostas sobre a possibilidade e a relevância de criptomoedas serem objetos de crime de lavagem de dinheiro e compreender quais são os desafios que estes ativos virtuais impõem aos sistemas legais e econômicos nacionais que precisam atuar num ambiente globalizado.

Material e Métodos

A metodologia aplicada neste resumo foi a revisão bibliográfica, com pesquisa em sites específicos, trabalhos acadêmicos e legislação brasileira que abordam o tema, também artigos científicos usando como base o Google Acadêmico. Os descritores utilizados na seleção dos artigos foram: blockchain, Bitcoin, criptomoedas e lavagem de dinheiro. A revisão bibliográfica abrangeu o período de 2014 até o ano 2021.
A hipótese analisada é a discussão sobre se o uso de moedas virtuais traz consigo um incremento do risco de lavagem de capitais.

Resultados e Discussão

As moedas virtuais carregam aspectos que potencializam seu uso para prática de lavagem de dinheiro: a descentralização, a transnacionalidade livre de obstáculos e a possibilidades de anonimato (Heloisa Estelita.

Criptomoedas e lavagem de dinheiro).

A tecnologia das transações dos ativos virtuais, a Blockchain, apresenta característica que possibilita os Estados atuarem de forma efetiva para se combater práticas criminosas. A rastreabilidade das criptomoedas é superior comparativamente ao dinheiro em espécie, possibilitando ações dos órgãos penais e tributários.

Em um estudo elaborado pelo El Instituto Centroamericano de Estudios Fiscales (Icefi), analisa o episódio onde El Salvador permite que a Bitcoin seja utilizada por sua população como moeda de curso forçado no país, no entanto o Instituto, indica oficialmente o risco para o país sobre sua exposição no âmbito das atividades ilícitas e do crime organizado, que podem levar a ser um centro mundial de lavagem de capitais.

Conclusão

O uso de moedas virtuais implica em incremento do risco de lavagem de capitais devido a algumas características intrínsecas desse ativo virtual como o anonimato e a velocidade em que se processam as operações, com destaque à falta de uma entidade reguladora centralizada.

Referências

ALBUQUERQUE, Bruno Saboia de; CALLADO, Marcelo de Castro. Understanding Bitcoins: Facts and Questions. Revista Brasileira de Economia.

ESTELLITA, Heloisa. Criptomoedas e lavagem de dinheiro. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdgv/a/5ZM5yQPnV5yV3jQyDZyVCSR/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

ICEFI, Instituto Centroamericano de Estudios Fiscales. La aprobación apresurada y sin la debida discusión técnica de la Ley Bitcoin genera significativos riesgos fiscales para El Salvador. Disponível em: https://icefi.org/sites/default/files/comunicado_-_sv022021_ _ley_bitcoin_en_el_salvador.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

TRINDADE, Manoel Gustavo. Criptoativos: Conceito, Classificação, Regulação Jurídica no Brasil e Ponderações a Partir do Prisma da Análise Econômica do Direito. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/6/2020_06_0867_0928.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.